



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

GLEYSON CARVALHO DE ALMEIDA

**BREVE DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DA PRÓ-REITORIA DE
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA PRAC-UFPB**

João Pessoa,

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447b Almeida, Gleyson Carvalho de.

BREVE DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DA PRÓ-REITORIA DE
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA PRAC-UFPB / Gleyson Carvalho de Almeida. – João Pessoa,
2019.
34f.: il.

Orientador(a): Profº Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. 2. Gestão de documentos. 3. PRAC-UFPB. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

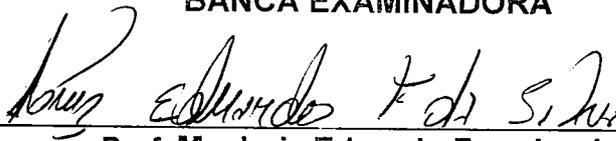
GLEYSON CARVALHO DE ALMEIDA

**BREVE DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PRAC-UFPB**

Trabalho de conclusão de Curso na
modalidade artigo apresentado ao curso de
Arquivologia da UFPB para a obtenção do
grau de Bacharelado.

Aprovado em 28 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA

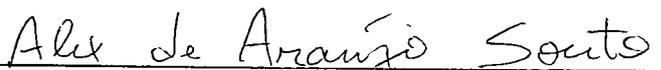


Prof. Ms. Luiz Eduardo Ferreira da Silva

(Orientador)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Ms. Alba Ligia de Almeida Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Ms. Aíex de Araujo Souto

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**BREVE DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (PRAC-
UFPB)**

**A BRIEF DIAGNOSIS OF THE ARCHIVE OF THE PRO-RECTORY OF
COMMUNITY SUBJECTS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA
(PRAC-UFPB)**

Gleyson Carvalho de Almeida¹

RESUMO

O artigo apresenta os padrões de funcionamento do arquivo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários do Campus Ia Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa/Paraíba, (PRAC-UFPB), tendo, como objetivo geral examinar a adequação do empreendimento-alvo do estudo em face dos principais conceitos da Arquivologia, a fim de discutir como eles podem orientar a elaboração de uma metodologia de gestão dos documentos de arquivo, bem como a identificação dos principais problemas a serem superados para o acesso à informação arquivística. Quanto à metodologia, trata-se das possibilidades classificadas através do critério científico Hipotético-Dedutivo definido através da formulação de hipóteses para expressar o problema de pesquisa – representado pelo debate em torno das limitações da funcionalidade do arquivo da PRAC-UFPB, portanto ofertando-se uma pesquisa de reflexão, calçada na visão original do articulista, com o apoio da revisão teórico-bibliográfica. Os resultados possibilitaram concluir que diversas melhorias têm sido introduzidas recentemente no arquivo da PRAC, notadamente no que diz respeito à dinamização dos procedimentos de acesso aos documentos disponibilizados, assim como medidas de higienização, tanto dos documentos em si quanto do ambiente organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia, Gestão de documentos, PRAC-UFPB.

**A BRIEF DIAGNOSIS OF THE ARCHIVE OF THE PRO-RECTORY OF
COMMUNITY SUBJECTS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA
(PRAC-UFPB)**

¹Graduando no curso de Arquivologia UFPB.

ABSTRACT

The article is presented the patterns of functioning of the archive of the Pro-Rectorate of Community Affairs of the Federal University of Paraíba, situated in João Pessoa/ Paraíba (PRAC-UFPB). The main objective is to examine the adequacy of the target-enterprise of the study in the view of the Archival Science concepts, in order to discuss how they can orientate the elaboration of a management methodology of the archive documents, as well as the identification of the main problems to be surpassed for the access to the archival information. In relation to the methodology, it is about the possibilities classified through the scientific criterion of the hypothetic-deductive method, which is defined by means of the formulation of hypothesis to express the research problem – represented by a debate around the limitations of the functionality of the PRAC-UFPB archive. Therefore, it is a reflection research based on the original view of the author supported by a bibliographic and theoretical review. The results enabled to conclude that many improvements have been introduced in the PRAC archive recently, especially in relation to the dynamics of the access procedures to the available documents, as well as hygiene measures not only of documents, but also of the organizational environment.

KEYWORDS: Archival Science, Document Management, PRAC-UFPB.

1 INTRODUÇÃO

Os vínculos e relevâncias entre a função da avaliação arquivística e a noção de valor conceitual e prático de cada arquivo tem sido estudados por vários autores da literatura contemporânea da área. A ciência arquivística tem evoluído muito dinamicamente, não estando, portanto, ainda plenamente consolidada.

Segundo Makhoulf, Cavalcante (2008) a função avaliação suscita o interesse de vários autores e estudiosos em arquivística contemporânea. O termo “função” é seguidamente utilizado na literatura da área para distinguir a avaliação de outras intervenções arquivísticas, tal como a função aquisição ou difusão, por exemplo.

Assim, autores como Couture (1990), Ducharme (2002) e Craig (2004) discutem o termo “função” relativo à avaliação e apresentam base teórica, princípios e conceitos constitutivos importantes para essa ação, compreendendo as técnicas, instrumentos e critérios de avaliação. A função avaliação é utilizada para designar, atualmente, tudo o que trata da determinação do valor dos documentos. (MAKHLOUF, CAVALCANTE, 2008)

De acordo com Lopes (1998, p. 32) “a arquivologia área do conhecimento ainda é recente, sendo assim, sua base teórico-metodológica vai evoluindo ao longo do tempo”. Existem abordagens distintas tanto de um país para outro quanto de uma linha de pensamento para outra. (COOK, 1997).

Desse modo, a partir destes conceitos fundamentais percebe-se que a arquivística se relaciona com o campo da Ciência da Informação. (FONSECA, 2005).

As denominadas “qualidades do arquivo” serviriam para adequadamente classificar o nível de organização, tratamento e funcionalidade geral dos arquivos. Deste modo há alguns aspectos que são bases aceitas como padrões do avanço teórico arquivístico: unicidade, cumulatividade, organicidade, imparcialidade e autenticidade. (CASSARES, 2000).

A ordenação dos documentos e os manejos classificatórios vêm se dinamizando, sobretudo em face da complexidade de exigências da era informacional contemporânea (GONÇALVES, 1998). Neste contexto, as

recomendações para a adequada construção dos arquivos tendem a ser cada vez mais especializadas. (ARQUIVO NACIONAL, 2000).

De acordo com a enorme evolução documental que estamos vivenciando nos dias atuais, percebemos a necessidade de se guardar os documentos produzidos, seja ela do passado ou até mesmo do presente, para que possam servir de provas de algo que aconteceu ou servirem de registros e lembranças do que se passou.

Releve-se, em caráter oportuno, lembrar que Schellenberg (1903/1970) desenvolveu uma teoria de valor, pela qual se tornou conhecido, de acordo com Cook (1997), como o pai da avaliação arquivística. Neste contexto introdutório, esta pesquisa apresenta os padrões de funcionamento do arquivo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários do Campus I da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa/ PB, PRAC- UFPB, em face dos principais conceitos da Arquivologia a fim de discutir como eles podem orientar a elaboração de uma metodologia de gestão dos documentos de arquivo, bem como a identificação dos principais problemas a serem superados para o acesso à informação arquivística.

Desejou-se investigar a tipologia documental, o sistema de classificação, os padrões de preservação, uso e acesso à informação, disponibilizados rotineiramente no arquivo-alvo aqui selecionado.

A preservação dos documentos, seja através de suportes tradicionais ou eletrônicos, tem por finalidade principal manter acessíveis e utilizáveis por todo o tempo que se fizer necessário garantindo-se a sua longevidade funcionalidade e conservação por um determinado tempo de uso a acesso contínuo em seus arquivos correntes, intermediários e permanentes. (MARCONDES et al., 2016).

O estudo justificou-se originalmente diante da exigibilidade curricular acadêmica representada devido ao período de estágio que a autoria do artigo cumpriu efetivamente no arquivo da PRAC-UFPB durante o ano de 2016, tendo como a justificativa temática a necessidade de avaliar e selecionar os documentos para saber distinguir o que seria eliminação ou o que seria de guarda permanente, como também mostrar a importância em se adotar um modelo de gestão documental adequado para o arquivo, visando uma melhoria no atendimento ao usuário, seja ele interno ou externo.

Sendo assim a pesquisa também se justifica em face da relevância da caracterização, debate e interpretação dos fenômenos levantados para a compreensão dos conceitos e práticas da Arquivologia, devido seu papel de preservação e conservação dos documentos, tanto para a história, como para prova comprobatória de algum questionamento futuro, visando um resguardo maior da informação como fonte principal do conhecimento.

Com base no exposto, como questionamento primordial relevante, o estudo partiu do seguinte problema: **De que forma acontece a Gestão de Documentos no arquivo da PRAC-UFPB?**

Para responder essa pergunta, é preciso levar em consideração, portanto, que o objetivo geral do estudo é: diagnosticar a Gestão de Documentos no arquivo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC). Os objetivos específicos consistem em identificar as tipologias documentais do arquivo da PRAC; analisar os métodos de arquivamento no arquivo; propor uma gestão de documentos de acordo com a arquivística para solucionar a problemática da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação à abordagem da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo que segundo Gil (1991) é uma abordagem menos formal, onde o pesquisador busca relatar os fatos da pesquisa, vivenciando os acontecimentos junto aos objetos pesquisados, com isso dependendo de vários fatores, desde a natureza dos dados até os instrumentos de pesquisa que serão utilizados.

Ainda quanto ao método científico, trata-se das possibilidades classificadas através do critério científico Hipotético-Dedutivo, que é definido através da formulação de hipóteses para expressar as dificuldades do problema de pesquisa – aqui representado pelo debate em torno das limitações da funcionalidade e da eficácia do arquivo da PRAC-UFPB, portanto ofertando-se uma pesquisa de reflexão, calcada na visão original do articulista, com o apoio da revisão teórico-bibliográfica.

2.1 Caracterização da pesquisa

De acordo propriamente com a classificação do percurso metodológico, a pesquisa é exploratória, devido à necessidade de se familiarizar com o tema fazendo o levantamento bibliográfico do que já foi pesquisado juntamente com os principais autores. É também descritiva, pois busca descrever as características de um grupo ou fenômeno utilizando técnicas padrões para coletar os dados, como o questionário, por exemplo. Quanto ao tipo, adotou-se o estudo de caso, por explorar situações da vida real onde essa distância entre o contexto e o fenômeno não são claramente percebidas (GIL, 2002).

2.2 Instrumentos de Pesquisa

O primeiro levantamento dos dados para a presente pesquisa foi providenciado através da meticulosa revisão bibliográfica, com base em marcos teóricos preocupados com os fenômenos e saberes relacionados à evolução documental.

A ciência arquivística estuda as funções do arquivo, e também os princípios e técnicas a serem observados durante a atuação de um arquivista sobre os arquivos (FONSECA, 2005).

Também se aplicou um questionário, em caráter meramente ilustrativo, com 13 questões abertas, que foi devidamente submetido ao nosso orientador respeitável acadêmico e, portanto, aplicado sob a forma de uma entrevista mantida durante o mês de outubro de 2017 junto ao assistente em administração aqui denominado apenas como “Sujeito/entrevistado 1” que, dessa forma, é quem funciona como responsável pelo arquivo. No caso da PRAC-UFPB, deve ser ressaltada previamente a ausência de um profissional arquivista, portanto devidamente preparado, já que atualmente não existe nenhum técnico de arquivo, muito menos um arquivista no setor em questão.

Através desta entrevista, desejou-se indagar sobre os critérios da gestão de documentos no arquivo-alvo do presente artigo, para, dessa forma, desenvolver analogias com os padrões dos arquivos universitários de um modo geral.

Sabe-se que os instrumentos de controle na Arquivística partem de aspectos relevantes como o plano de classificação e a tabela de temporalidade.

Para a realização eficiente de um gerenciamento dos documentos, faz-se necessário a elaboração de alguns procedimentos básicos, dentre os quais estão presentes as bases da gestão documental que, portanto, devem incluir o diagnóstico do arquivo, elaboração do plano de classificação, tabela de temporalidade. Dessa forma, percebendo a relevância de todas essas etapas, em especial o diagnóstico documental, compreendido como fator primordial para uma eficiente gestão da documentação é que pautamos nossa pesquisa.

Para a realização desse objetivo, a autoria do presente estudo escolheu um arquivo e, a partir dele, elaborou adequadamente o percurso metodológico para o diagnóstico, levando em consideração pontos que vão desde o conhecimento/contato prévio da instituição, até o interesse de avaliar os padrões do tratamento e da recuperação da informação de documentos disponibilizados no empreendimento-alvo do presente estudo.

3. GESTÃO DE DOCUMENTOS: BREVE DISCUSSÃO

Segundo o ideário de Rodrigues (2016), a teoria dos arquivos e a gestão de documentos têm evoluído bastante no mundo inteiro a partir das exigências crescentes de padronização das informações determinadas, por sua vez, pela era da comunicação instantânea.

Nesse sentido, de acordo com o marco teórico, a atividade denominada “*records management*”, originalmente cunhada em inglês e posteriormente traduzida como gestão de documentos, não surgiu da prática ou teoria dos arquivos, mas por uma necessidade da administração pública.

[...] A arquivologia não é um corpo teórico consolidado. Existem abordagens distintas tanto de um país para outro quanto de uma linha de pensamento para outra. O resgate de Jenkinson por Duranti vem opor-se à perspectiva schellenbergiana de que os documentos correntes são distintos dos documentos de guarda permanente (TSCHAN, 2002), o que leva Schellenberg a propor que o valor secundário dos documentos, valor para a pesquisa acadêmica, deverá ser a referência nos processos de eliminação de documentos, por parte dos arquivistas, com vistas ao recolhimento para a guarda permanente. (RODRIGUES, 2016, p. 02.)

Ao longo da história, a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram. Os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem. (CAMARGO, 2014).

Segundo Albuquerque (2016), fatores tais como a finalidade dos arquivos ou os suportes utilizados já foram considerados como definidores do arquivo e, hoje, não o são mais. Menne-Haritz (1994), por exemplo, aponta o surgimento dos documentos eletrônicos como o evento que permitiu ao arquivista entender que o que o motiva a avaliar os documentos não são problemas de espaço ou custo para o armazenamento, mas, segundo a autora, é a redundância de informações (RODRIGUES, 2016, *apud* MENNE-HARITZ, 1994).

Assim, não há uma conceituação de arquivo que seja definitiva. Alguns autores como Rousseau e Couture (1994, p. 284), têm definido arquivo como “um conjunto de informações, e não como um conjunto de documentos”. Mesmo que não haja dúvidas de que arquivo é um conjunto de informações, entende-se que o termo informação não é esclarecedor quando se deseja conceituar arquivo.

Entende-se que a informação arquivística não prescinde do seu suporte, mesmo que ele não seja passível de leitura a olho nu. (SILVA et al., 2002).

Dentre outras justificativas para isso, tem-se que a autenticidade da informação arquivística depende de um conjunto de referências dentre as quais estaria o suporte que contém a informação (BECK, 1991). Portanto, arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família. (CONARQ, 2014).

3.1 Ciclo vital dos documentos

A compreensão das relevâncias em torno do ciclo vital de preservação dos documentos leva em consideração que as bases teóricas para se trabalhar os arquivos têm como eixo os três princípios mencionados cujas definições, segundo Rodrigues (2016) podem ser consideradas como se segue.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996, p. 61), o **princípio de proveniência** é o "Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa". Esse princípio é o mais elementar, quando se define um conjunto de documentos como arquivo. (BERNARDES, 2008).

Enquanto os demais conjuntos documentais são coleções de itens selecionados, escolhidos previamente, o conjunto de documentos que forma o arquivo se faz num processo natural de acumulação, a partir do fluxo da sua produção/recepção por um único sujeito, seja uma entidade coletiva ou uma pessoa. (BERWANGER, 1995).

Releve-se que os processos de restauração documental também precisam ser observados diante da exigibilidade da preservação, por exemplo, de documentos públicos ou oficiais. (Poder Judiciário do Brasil, 2012), inclusive porque os arquivos refletem diretamente os sistemas de gestão da qualidade governamental de cada modelo de nação (CARDOSO, 2005).

Os documentos são acumulados à medida que são produzidos em decorrência de atividades que são necessárias para a realização da missão do seu produtor (SOUSA *apud* RODRIGUES, 2003).

Quanto ao **princípio de manutenção da ordem original**, Duranti (1994) o considera como um princípio de proveniência sob o ponto de vista interno do arquivo.

A ordem original seria aquela em que os documentos de um mesmo produtor estão agrupados conforme o fluxo das ações que os produziram ou receberam. (ENNES, 2003).

Se o documento pode ser compreendido como a materialização documental propriamente de ações que ocorrem em um fluxo temporal, a ordem original, ou melhor, a ordem dos documentos em correspondência com o fluxo das ações torna-se indispensável para a compreensão dessas ações e, conseqüentemente, para a compreensão do significado do documento. (DURANTI, 1994).

Rodrigues (2016) menciona os estudos de Jardim (1987) segundo os quais as instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função

de órgão estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico.

Esta concepção opunha-se, de forma dicotômica, a de 'documento administrativo', cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que os produziam e utilizavam. (JARDIM, 1987).

[...] A partir da segunda metade do século passado, há uma reorientação da profissão dos arquivistas diante do volume documental produzido: entra em pauta, mais especificamente na América do Norte, de onde repercute para os demais países ocidentais, a eliminação de documentos antes de serem recolhidos para guarda permanente. É formulado o conceito de *ciclo de vida* dos documentos de arquivo. (RODRIGUES, 2016, p. 02).

De acordo com Rodrigues (2015), em 1956, o norte-americano Schellenberg publica o seu *Arquivos modernos — princípios e técnicas* no qual dedica toda a Parte II à *Administração de arquivos correntes* onde se encontram os capítulos: *Controle da produção de documentos, Princípios de classificação, Sistemas de registro, Sistema americano de arquivamento e Destinação dos documentos*. Com esta publicação abre-se a discussão sobre os arquivos correntes e a sua gestão. Isso não significa que, na prática, os arquivos correntes tenham passado a ser tratados com base nos preceitos da arquivologia.

As instituições arquivísticas continuaram a tratar apenas os documentos do arquivo permanente e com o objetivo primeiro de atender à pesquisa acadêmica. Essa tradição promoveria o distanciamento da prática da gestão de documentos arquivísticos da teoria dos arquivos. (TSCHAN, 2002).

No Brasil, em 1991, a promulgação da Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece as suas competências, vem reforçar a necessidade de um maior envolvimento do arquivista com as questões relacionadas à gestão dos arquivos correntes, pois ela estabelece que a gestão dos documentos públicos correntes é de competência das instituições arquivísticas (FARIA, 2006).

Nessa perspectiva, pretende-se, aqui, identificar quais são os preceitos da arquivologia e o seu significado nos processos de gestão de documentos

arquivísticos e as principais dificuldades para o acesso à informação arquivística. (BELLOTTO, 2002).

Por sua vez, Jenkinson (1965) considera o arquivo de guarda permanente uma continuidade do arquivo corrente, condenando a eliminação de documentos por parte do arquivista, pois esta atividade, segundo este autor, deve ficar a cargo exclusivamente do próprio produtor dos documentos. Jenkinson (1965) se orienta pelo *valor administrativo* e entende que os documentos nunca perdem o valor de informação e prova para o seu criador. O valor secundário dos documentos é acidental, como o próprio Schellenberg enxerga, e portanto ele não deve ser referência para eliminações. Essa percepção conduz Jenkinson à formulação das qualidades dos *archives* de Imparcialidade e Autenticidade. (RODRIGUES, 2016).

Releve-se que diferentemente de Jenkinson e Duranti, busca-se, no presente artigo, considerar todo e qualquer arquivo, incluindo o produzido por pessoa ou família, e não apenas os administrativos e institucionais. Privilegiar a abordagem de Duranti significa, acima de tudo, compreender o arquivo como evidência dos atos do seu criador, sendo os documentos a prova desses atos, sejam eles de uma entidade coletiva, pública ou privada, sejam de uma pessoa. (FONSECA, 2005).

Além disso, adota-se a perspectiva de Terry Cook, chamada de pós-custodial, que considera o arquivo além da sua materialidade, identificando a proveniência dos documentos mais nas ações que os geraram do que no local onde eles foram produzidos ou de onde foram recolhidos. (SCHELLENBERG, 1973).

3.2 Teoria do Valor de Schellenberg

De acordo com as pesquisas de Makhlouf e Cavalcante (2008), o valor é um conceito central para a avaliação arquivística, pois esta consiste em determinar o valor dos arquivos.

O arquivista britânico Hilary Jenkinson reconhece a centralidade do valor em relação à qualidade dos documentos de arquivos públicos. Jenkinson

interessou-se por estudar o valor dos documentos, primeiramente, numa perspectiva de prova administrativa.

Desse modo, os arquivos representam também fonte de prova científica confiável. Dessa forma, o valor de prova é central em relação aos fundamentos da pesquisa histórica e, por conseguinte, esta fonte preciosa de documentação é responsabilidade do arquivista. O valor de prova está fortemente ligado ao caráter único, autêntico e imparcial dos arquivos. (MAKHLOUF, CAVALCANTE, 2008).

Schellenberg (1956, 1965, 1984) desenvolveu toda uma teoria de valor, que, em síntese, propõe dois tipos de valores aplicáveis ao contexto dos arquivos: valor primário e valor secundário.

O valor primário para a gestão de criação e valor secundário para outras instâncias e utilizadores. Os documentos públicos são gerados para realizar as finalidades para as quais um organismo foi criado: administrativo, fiscal, legal e operacional.

Assim, os documentos públicos são preservados em uma instituição arquivística definida, porque têm um valor que existirá por longo tempo, mesmo depois que cessam de ser do uso corrente e porque terão valores importantes para outros usuários que não os atuais. (SCHELLENBERG, 1984, p.58).

Os anos de 1950 – data do aparecimento dos trabalhos de Schellenberg – tornaram-se decisivos para os fundamentos teóricos da Arquivística. A teoria de valor influenciou consideravelmente os trabalhos de inúmeros estudiosos da Ciência Arquivística.

3.3 Avaliação arquivística

De acordo com Rodrigues (2016) sob o ponto de vista conceitual, os documentos arquivísticos eletrônicos têm as mesmas características dos documentos tradicionais.

[...] O arquivo é, então, o resultado de dois processos integrados. O processo de produção e recepção de documentos resulta do processo de realização da missão. Na perspectiva jenkinsoniana, essa concepção do que é arquivo, ancorada na origem dos documentos, torna-se referência para o tratamento do arquivo. (RODRIGUES, 2016, p. 03)

De acordo com Marchiori (2002) a singularidade do produtor do arquivo dá-se em função do respeito à proveniência. Tem-se que um conjunto de documentos que foram produzidos e recebidos por sujeitos distintos não se constitui em um arquivo.

Segundo Jardim e Fonseca, apud Campello et al. (1998) os princípios arquivísticos definem três características intrínsecas ao arquivo que podem ser assim designadas: a singularidade do produtor do arquivo, a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida e a dependência dos documentos dos seus pares.

A relação entre o produtor - entidade, pessoa ou família - e o arquivo fornece a identidade do conjunto de documentos e sua singularidade é indispensável. (JARDIM, FONSECA *apud* CAMPELLO et al., 1998).

Releve-se que a singularidade do produtor determina, também, a singularidade do próprio arquivo (PAES, 1997). Mesmo que haja duas entidades com a mesma missão e cujas funções *atividades* tarefas sejam definidas da mesma forma, elas não gerarão arquivos idênticos. (MIRANDA, 2011).

O manual publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses (1960, p. 13) fornece um postulado que corrobora essa perspectiva: "Cada arquivo possui, por assim dizer, personalidade própria, individualidade peculiar, com a qual é mister se familiarizar o arquivista antes de proceder à sua ordenação".

Por sua vez, a filiação do documento à ação que o produziu ou recebeu dá-se em função do respeito à manutenção da ordem original ou o respeito à proveniência interna. (RONDINELLI, 2005, SANTOS, 2005).

Tem-se que um documento adquirido ou produzido recebido por motivos alheios às funções *atividades* tarefas do sujeito que o acumula, não se define como documento de arquivo. (SPINELLI, 2009).

Essa filiação do documento à atividade que o gerou fornece identidade a ele individualmente e em pequenos grupos. O documento corporifica a ação e, portanto, o que o identifica é a ação que o gerou. (RODRIGUES, 2016).

A dependência do documento dos demais criados em prol da mesma missão que o gerou baseia-se no princípio de integridade ou indivisibilidade. Tem-se que a realização da missão de uma entidade, pessoa ou família é um

processo constituído por diversas ações que geram documentos. Caso se mantivesse apenas um ou outro documento e se eliminassem os demais, esse documento seria apenas um documento que pertenceu ao arquivo daquele produtor, não se poderia considerá-lo o arquivo do seu produtor. (CAMARGO, BELLOTTO, 1996 *apud* RODRIGUES, 2005).

Rodrigues (2016) adverte no sentido de que não seria a multiplicidade de documentos o fator determinante para que o arquivo forneça o seu significado. Exemplificando, caso uma entidade iniciasse a realização de uma missão e se interrompesse com a produção/recepção de apenas um documento, este documento poderia ser dito que o arquivo da entidade encerrou suas atividades (ISAD(G), 2000).

Rodrigues (2016) refere que na perspectiva da arquivologia, gestão de documentos é "um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos" (DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996). Sousa (2003, p. 240) entende a classificação como "a medida crucial dentro da gestão dos arquivos". Portanto, percebe-se que a classificação dos documentos determina e é determinada pelas demais atividades que compõem a Gestão de Documentos. Convencionou-se, entre os autores da arquivologia, que a classificação dos documentos de caráter permanente denomina-se Arranjo.

Desse modo, seguindo esta orientação, para melhor delimitar a discussão que se segue, discutir-se-á a gestão de documentos arquivísticos com enfoque na sua classificação. A classificação é a sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um arquivo.

Schellenberg, em 1956, definiu os três elementos da classificação dos documentos públicos: "a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz; e c) o assunto dos documentos"(SCHELLENBERG, 2004, p. 84).

O autor acima referido explica cada uma delas: "Uma ação pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (transactions)" (idem). E "o segundo elemento a ser observado na classificação de documentos é a organização da entidade criadora. [...] A estrutura que se imprime a um órgão [...]" (SCHELLENBERG, 2004, p. 86).

De acordo ainda com Rodrigues (2016), Schellenberg trata separadamente da classificação por assunto, pois ela refere-se a documentos não arquivísticos identificáveis dentro de arquivos de órgãos públicos. Considera-se que as recomendações do autor podem ser aplicadas também aos arquivos de entidades privadas ou de uma pessoa: Conquanto os documentos públicos geralmente devam ser agrupados segundo a organização e função, com exceção de certos tipos de documentos, tais como os que não provêm da ação governamental, positiva ou não, estão a ela vinculados.

Incluem-se nesses documentos as pastas de referência e informações. Só em casos excepcionais os documentos públicos devem ser classificados em relação aos assuntos que se originam da análise de determinado campo de conhecimento. Esses casos excepcionais referem-se a materiais de pesquisa, de referência e similares.

A interpretação de que o significado do documento se encontra no contexto da sua criação é reforçado por Rodrigues (2005), ao discutir o tratamento de documentos arquivísticos: Os arquivos conservam registros de ações e de fatos como prova da gestão que os produziu, dos quais são produtos naturais. Arquivo se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às origens funcionais

De acordo com Rodrigues (2016), Sousa (2003) aponta muitos problemas nos arquivos correntes da administração pública brasileira, derivados da falta de uma metodologia bem delineada para a classificação.

Depreende-se, inequivocamente, que é relevante identificar os princípios arquivísticos que estão implícitos às observações do autor: os arquivos montados nos setores de trabalho são acervos arquivísticos constituídos de documentos ativos, semi-ativos e inativos, misturados a outros passíveis de eliminação e a documentos não orgânicos, que não são considerados de arquivo e que são produzidos ou recebidos fora do quadro das missões de uma organização (SOUSA, 2016, p. 258).

3.4 Evolução da Arquivologia

Segundo o ideário de Rodrigues (2016) a história da teoria dos arquivos começa em 1841, meio século após a criação dos Archives Nationales de Paris (SCHELLENBERG, 1973, p. 4), “com a publicação de algumas instruções aos arquivistas, onde aparece pela primeira vez o *respect desfonds*”.

De acordo com Silva et al. (2002) até a edição dessas *instructions*, o arranjo dos fundos de arquivo nos Archives Nationales era estruturado em seções baseadas nos seguintes temas: Seção Legislativa, Seção Administrativa, Seção Histórica, Seção de Propriedade, Seção Judicial (SCHELLENBERG, 1973). Isso significava mesclar documentações provenientes de órgãos diversos em um mesmo conjunto chamado seção. A introdução da noção de respeito aos fundos se propunha a possibilitar a recuperação das informações originadas de um mesmo produtor de documentos, ou seja, se propunha contextualizar as informações no universo da sua criação. (RODRIGUES, 2016).

Rodrigues (2016) refere Duchein (1982): utiliza-se da imagem de sítio arqueológico para fazer uma comparação didaticamente interessante para a compreensão da importância do respeito aos fundos. Este conceito se apóia na evolução sofrida pelo tratamento dos sítios arqueológicos: até uma determinada época, um sítio encontrado era desfeito e suas peças retiradas e levadas para os museus. (COOK, 1997).

Era a época dos grandes sistemas de classificação científica. Hoje, procura-se manter o sítio tal qual ele foi encontrado de maneira a ser possível identificar como e porque aquelas peças estão ali. (RODRIGUES, 2016).

A visualização da noção de sítio arqueológico ajuda a perceber que, ao se retirar peças documentais do seu lugar original, pode-se destruir a informação do significado das peças no seu contexto e, portanto, destruir a possibilidade de plena compreensão dos documentos. (CAMARGO, 2003).

Porém, de acordo com Rodrigues (2016) o respeito aos fundos, editado nas instruções francesas, não foi devidamente entendido e cumprido naquele momento. Mais tarde, os alemães definiram dois outros princípios que refletem o *respect desfonds*: o princípio de *proveniência*, que costuma ser tratado como

sinônimo do princípio de respeito aos fundos, e o de *manutenção da ordem original*. Mais recentemente é definido como o princípio de *integridade ou indivisibilidade*. (FONSECA, 2005).

Sousa (2003) discute o papel dos princípios de proveniência e de manutenção da ordem original na classificação de arquivos de uso corrente:

[...] é possível entender os princípios de respeito aos fundos e o da ordem original como princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido. [...] a origem [do] conjunto de documentos é sua marca indelével, inseparável, é o que lhe dá inteligibilidade e identidade. (SOUZA, 2003, p .251).

Releve-se ainda que o outro princípio que fundamenta as ações de classificação de informações arquivísticas é o princípio da ordem original. (RODRIGUES, 2016). Para Rousseau e Couture (1998, p. 83), “essa vinculação é representada, inclusive, na denominação adotada para os princípios: primeiro grau do princípio da proveniência e segundo grau do princípio da proveniência”. Este último visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo.

3.5 Outras Relevâncias da Ciência Arquivística

O princípio de manutenção ou reconstituição da ordem original está no princípio de *proveniência de segundo grau*, ou seja, a proveniência do item documental, que é a ação que o gerou, oferecerá sua identidade. (RODRIGUES, 2016).

Por sua vez, o princípio de indivisibilidade ou integridade sempre esteve implícito ao princípio de respeito aos fundos, mas é uma das publicações recentes da brasileira Heloisa L. Bellotto (2002, p. 21) que encontramos sua definição moldada: "os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida”.

De acordo com Rodrigues (2016) considerando-se o respeito à proveniência do conjunto documental e à ordem original (proveniência de cada documento) como imprescindível para o tratamento dos arquivos, fica evidente

que a dispersão de documentos pode comprometer a inteligibilidade do arquivo.

Além disso, as chamadas qualidades do arquivo assumem o papel de orientadoras no tratamento dos arquivos. São qualidades desejadas em um arquivo, mas não determinantes, como o são as três características intrínsecas, para se definir um conjunto de documentos como arquivo. (RODRIGUES, 2016).

De acordo com Duranti (1994) é correto firmar cinco qualidades do arquivo ou dos seus documentos. São elas: unicidade, cumulatividade, organicidade, imparcialidade e autenticidade. Verifica-se a seguir, através também de outros autores, como essas qualidades são definidas e sua justificativa.

Unicidade - "não obstante forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos (BELLOTTO, 2002, p. 21). Ou seja, documentos duplicados não são necessariamente o mesmo.

A unicidade refere-se à relação de cada documento com a ação que o gerou. Sua especificidade seria o enfoque em documentos duplicados (cópias) encontrados dentro de um mesmo arquivo, mas em subconjuntos documentais distintos porque produzidos ou recebidos no exercício de ações distintas. Se a filiação dos documentos às ações indica que é a ação que dá identidade ao documento, tem-se que o conteúdo do documento não deve ser levado em consideração para a sua identificação dentro de um conjunto documental, e sim o contexto da sua produção. (DUCHEIN, 1982).

Quanto à cumulatividade, Rodrigues (2016) menciona Bellotto (2002) que assim define: trata-se da qualidade de naturalidade na acumulação: "os documentos não são colecionados e sim acumulados, naturalmente, no curso das ações, de maneira contínua e progressiva". (BELLOTTO, 2002).

Os itens documentais de um arquivo não são escolhidos previamente para serem acumulados, eles se acumulam à medida que são produzidos. Mas uma boa cumulatividade, aquela que promove a perfeita organicidade do arquivo, se realiza quando os documentos são organizados de acordo com o desenvolvimento das ações; quando o fluxo de acumulação acompanha o fluxo das ações que criam os documentos. Isso dificilmente se realiza perfeitamente

sem que haja uma ação orientada para esse fim. O que orientará essa ação será o chamado Plano de Classificação que se constitui na principal atividade da gestão de documentos de uso corrente. (RODRIGUES, 2016).

Se um arquivo é formado por um conjunto de documentos que se originam de ações articuladas em prol da missão de uma entidade, tem-se que ele resulta em um todo orgânico cujas partes são inter-relacionadas de modo a fornecer o sentido do conjunto.

A Organicidade do arquivo realiza-se através da acumulação dos documentos. Um arquivo sempre tem alguma Organicidade, visto que as próprias atividades acabam por impor alguma ordem aos documentos gerados. Mas a acumulação com base em um Plano de Classificação, de modo correspondente ao fluxo do desenvolvimento das ações, de modo que as inter-relações existentes entre as funções *atividades* tarefas reflitam-se nos documentos, essa acumulação faz com que o arquivo reflita, no seu todo, a missão realizada.

Segundo Rodrigues (2005), Jenkinson foi quem definiu a característica da imparcialidade arquivística. Sua perspectiva é dos arquivos produzidos por entidades da administração pública ou privada.

Por sua vez, o exigível conceito de imparcialidade sugere que o documento nasce por uma imposição da natureza das atividades de uma instituição, e não porque houve uma escolha de ter-se um documento para essa ou aquela finalidade. A imparcialidade dos documentos refere-se à capacidade dos documentos de refletirem fielmente as ações do seu produtor. O autor enfatiza a verdade administrativa do documento e não a verdade do seu conteúdo. O motivo da criação de um documento, independentemente do seu conteúdo ser ou não, suponhamos, uma fraude, seria legítimo no que se refere à sua relação com as atividades da entidade que o criou. (RODRIGUES, 2016).

Conclui-se que a Imparcialidade dos documentos está intrinsecamente relacionada à organicidade do arquivo. A boa organicidade promove os seus subconjuntos de documentos a espelhos fieis às atividades e promove, o arquivo como um todo, a espelho da missão realizada pelo produtor do arquivo.

Assim, em um primeiro momento, o termo autenticidade leva a pensar que ele refere-se à veracidade do conteúdo de um documento de arquivo como

prova perante a lei. Contudo, ao analisar melhor esse conceito, entende-se que se trata, antes de tudo, de uma questão arquivística, pois nela está implícita a manutenção da integridade do fundo de arquivo.

Também Jenkinson (1965) foi quem formulou a proposição da autenticidade também na perspectiva das administrações públicas e privadas e tendo em vista, como todo arquivista do seu tempo, os arquivos de guarda permanente. (JARDIM, 1987).

Desde que se entenda que a Imparcialidade diz respeito à verdade administrativa dos documentos, ou seja, ao fato de os documentos constituírem-se num reflexo fiel das atividades desenvolvidas, vê-se que a autenticidade depende da manutenção dessa Imparcialidade. Jenkinson identifica a possibilidade dessa garantia no processo da criação, manutenção e guarda pelo seu produtor. (FONSECA, 2005).

Rodrigues (2005) registra que já em meados do século passado, Schellenberg afirma que não é possível manter a custódia ininterrupta dos arquivos modernos. Contudo, importa entender que os arquivos estão sujeitos a perder sua organicidade, imparcialidade e autenticidade, se tratados e preservados de maneira pouco rigorosa.

Camargo (2003), assim, aponta o perigo da perda das inter-relações dos documentos: Se os documentos de arquivo são desprovidos de autonomia, isto é, retiram sua autenticidade das relações que mantêm com as demais unidades que integram o conjunto, dentro do princípio de consignação que o rege, qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por 'implodir' o próprio arquivo.

A falta de autonomia do documento, a qual a autora se refere, diz respeito à dependência do documento de arquivo dos demais que estão relacionados a ele e da sua filiação às atividades que o gerou. Cada documento encontrará seu significado dentro do conjunto ao qual pertence desde que mantida a Organicidade do arquivo. (RODRIGUES, 2016).

4. APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO DA PRAC-UFPB

Sabe-se, difusa e universalmente, que os documentos representam a história de um povo. A partir dessa perspectiva, a PRAC – Pró Reitoria de Assuntos Comunitários localizada na Reitoria da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, através do projeto UFPB Seu Município, sentiu a necessidade de organizar o arquivo da PRAC para fins de preservação de documentos históricos comprobatórios. (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Portanto, a partir desse contexto, a PRAC levou em consideração a resolução nº 27, de 16 de junho de 2008 – CONARQ que dispõe sobre: (...) o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas. (CONARQ, 2008).

[...] Foi nesse cenário que os professores Orlando Villar e Marçonilia Maria Dias Arnoud, utilizando do Projeto UFPB Seu Município contrataram o bolsista Sérgio Anic, que foi substituído pela Bolsista Raíssa Andrade de Santana, para o tratamento do arquivo da PRAC com atenção especial ao arquivo da COPAC e o bolsista Igor Pontes com atenção especial ao arquivo da COEX, sob a supervisão de João Batista Veras, técnico administrativo da PRAC e sob a coordenação de Ediane Toscano Galdino professora do Departamento da Ciência da Informação e o professor Antônio Gualberto Filho. (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 02).

Releve-se que o arquivo da PRAC é composto em sua maioria por Projetos, Cursos e Programas das mais variadas datas e assuntos, e esse conjunto de documentos remonta toda a história da PRAC. Localizam-se também no arquivo documentos administrativos como processos e relatórios econômicos, desta forma o arquivo da PRAC comporta todos os assuntos relacionados a mesma, desde a elaboração de projetos, relatórios administrativos, documentos da PRAC e de órgãos vinculados à PRAC como a COPAC e a COEX.

De acordo com os estudos de Oliveira *et al.* (2016), a lei 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que

possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgão e entidades.

Assim, o ato de preservar os documentos acondicionados no acervo da PRAC mostra o respeito à lei e a preocupação com a preciosidade histórico/documental que o arquivo proporciona ao povo

4.1 Diagnóstico preliminar da instituição examinada

Com base nas possibilidades da visitação do empreendimento-alvo da presente pesquisa, foi possível verificar que diante da grande massa documental do arquivo da PRAC/UFPB existente, vários documentos não têm sido analisados higienizados ou classificados sistematicamente. Ressalta-se que, desde a sua inauguração formal, a documentação está nas estantes e nas caixas (porém, não quer dizer que estejam organizadas).

De acordo com Oliveira et al. (2016), nota-se a ausência de material, como luvas e máscaras. Apesar de terem realizado um trabalho de organização, passaram-se anos até que tivesse a preocupação e a necessidade de se organizar a documentação da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários.

Contudo, esse acervo precisa ser preservado e conservado, pois faz parte de um dos pilares da universidade, a extensão, que tem como princípio o trabalho acadêmico e social e promove à produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A autoria do presente estudo pôde constatar, *in loco*, que o acervo-alvo do presente trabalho se encontra em uma massa documental enorme, apesar de alguns documentos estarem acomodados em caixas arquivos e em estantes.

Sabe-se, difusa e universalmente, que a classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida. (ARQUIVO NACIONAL, 2001).

Portanto, a condição geral da seleção, guarda e preservação dos documentos mantidos pelo arquivo da PRAC-UFPB puderam satisfatoriamente ser constatados contando-se com a colaboração do “sujeito/entrevistado 1”.

Neste contexto, em face do questionário aplicado, em caráter ilustrativo, no mês de outubro corrente (2017) junto servidor público responsável pelo arquivo DA PRAC (pró-têmpore), com função específica em Assistente em Administração nesta Pró-Reitoria da UFPB, através de treze questões em aberto, foi possível apoiar o universo de dados levantados através da revisão bibliográfico-documental.

Estas questões e esclarecimentos passam a ser aqui registrados, conforme o que se produziu originalmente, de acordo com o quadro a seguir:

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Qual o universo de suas responsabilidades junto ao arquivo da PRAC?	Perante a PRAC me foi colocado apenas uma responsabilidade a de “salvar” a referida massa documental, onde se encontrava em péssimo estado de conservação, sendo submetida ao quase abandono e descaso para com ela. Assim o fiz com o auxílio de bolsistas do curso de arquivologia. Onde hoje se encontra organizada, limpa e de fácil acesso.
2. Quais são os objetivos do arquivo da PRAC?	O objetivo é manter conservado e com acesso a consulta.
3. Que tipos ou modalidades de documentos são mantidos pelo arquivo da PRAC?	O mesmo é de caráter documental da administração e diversos documentos voltados à projetos e programas de extensão.
4. Quais as principais clientelas do arquivo da PRAC?	A clientela foco é sem dúvidas o corpo docente, técnico administrativo que compõe a PRAC.

5. Quais as principais deficiências ou limitações do arquivo da PRAC?	São várias, dentre elas a mais grave é o ambiente a onde se encontra essa massa documental. Com precariedades na estrutura física, dando ênfase a danificação da mesma.
6. Qual a formação profissional do funcionário responsável pelo arquivo da PRAC?	O servidor não tem nenhuma formação em arquivologia, dando a sua contribuição de forma funcional a que compete a assistência em administração.
7. Quais os critérios da gestão de documentos no arquivo da PRAC?	(O Sujeito/entrevistado 1 simplesmente não respondeu este quesito, cuja relevância, entretanto, ficou prejudicada).
8. Quais os instrumentos de controle arquivístico, como plano de classificação e tabela de temporalidade do arquivo da PRAC?	A referida tabela de temporalidade não foi usada na maioria de massa documental, devido a lentidão da mesma na prática e a ausência de profissionais da área especialmente na orientação e coordenação da mesma.
9. Como você avalia os padrões do tratamento e da recuperação da informação de documentos disponibilizados no arquivo da PRAC?	Acredito que apesar dos esforços, tanto da minha parte quanto dos bolsistas foi excelente. Os mesmos trabalharam conforme a contrapartida da PRAC.
10. Que melhorias têm sido introduzidas mais recentemente aqui no arquivo da PRAC?	Muitas. O acesso ao documento, a higienização do documento e do ambiente, organização e a presença de um servidor para as demandas ocasionais entre outras.
11. Que aprimoramentos podem ser introduzidos na metodologia de gestão dos documentos do arquivo da PRAC?	De imediato seria os arquivos deslizantes, um (a) arquivista e um ambiente (físico) pensado para o tal.
12. Quais os tipos de suporte de padrões de preservação, uso e acesso das informações (tradicionais, eletrônicos) e/ou sistemas de classificação são mais utilizados pelos usuários do arquivo da PRAC?	A massa documental encontra-se em caixas arquivo novas (plástica) e em estantes de aço abertas. Não há um controle por via eletrônica ainda, mas há demarcação nas estantes indicam e facilitam a busca dos mesmos sem nenhum obstáculo.
13. Que outras considerações você deseja fazer livremente, visando aprimorar os serviços do arquivo da PRAC?	Sim algumas... como já me expressei em perguntas anteriores repito, o ambiente físico é provisório, insalubre e com problemas estruturais caóticos e não se adéquam a manter e conservar essa massa documental. A construção

de um arquivo e estantes deslizantes seriam o ideal para um Arquivo se manter em condições de excelência na PRAC.

Quadro1: questionário aplicado

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto contemporâneo, da sociedade da comunicação instantânea, é possível concluir que se apresenta cada vez mais urgente definir claramente uma metodologia consistente que possa organizar qualquer arquivo corrente, independentemente das peculiaridades de cada um, seja ele público ou privado.

Ao lado da demanda por uma metodologia mais consistente para a gestão de documentos em entidades coletivas, os teóricos da Arquivologia são solicitados a repensar seus desenvolvimentos de modo a dar respostas às questões que surgem com o advento da chamada era da informação.

Acredita-se que a partir da definição conceitual/científica de arquivo pode-se chegar à definição de informação arquivística, que é aquela passível de ser extraída de um conjunto de documentos, desde que estes tenham sido produzidos ou recebidos no decurso das ações necessárias para a realização da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família.

Sendo assim, o exame do Arquivo da PRAC-UFPA permitiu identificar apenas superficialmente “a partir do diagnóstico do sujeito/entrevistado 1” as condições gerais atuais dos dois níveis de informação disponibilizada: a informação contida no documento de arquivo, isoladamente; e a informação contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou.

Releve-se que ainda são necessários outros aprimoramentos, tais como a implantação de arquivos deslizantes e a contratação em caráter urgente de um arquivista, além de remodelação arquitetônica e funcional do ambiente físico. Releve-se que, de um modo geral, a massa documental encontra-se em caixas arquivo novas (plásticas) e em estantes de aço abertas. Não há um controle por via eletrônica ainda, mas há demarcação nas estantes, indicando e facilitando a busca dos mesmos sem nenhum obstáculo ou maiores

dificuldades aos usuários finais. O ambiente físico é provisório, insalubre e com problemas estruturais caóticos e não se adequam a manter e conservar essa massa documental.

Neste sentido, vale referir que os princípios, características e qualidades dos arquivos não se prestam como base para a construção de um sistema de pesquisa que permita a seleção de documentos por conteúdos descontextualizados, embora esses construtos devam ser neste caso considerado, a fim de que os sistemas de pesquisa por conteúdos não promovam a perda da referência à origem dos documentos.

As respostas obtidas a partir da aplicação do questionário original foram razoavelmente diretas e, portanto, podem sim ser consideradas satisfatórias.

Parece evidente, porém levar em consideração que a ausência de um técnico ou profissional da área da Biblioteconomia/Arquivologia, tende a limitar as possibilidades de preservação e manipulação do arquivo-alvo do presente estudo.

Sugere-se, como contribuição desta pesquisa, que futuros estudos possam investigar propriamente os documentos mantidos pelo arquivo da PRAC-UFPB, inclusive para circunstancialmente caracterização tanto das fontes primárias dos documentos quanto da sua qualidade informacional.

Documentos cujas informações contidas e relacionadas a eles não estão representadas em um instrumento de pesquisa podem ser considerados inexistentes, pois não é possível examinar item por item. Vê-se que muitos problemas podem ser evitados caso os princípios arquivísticos sejam observados na organização dos arquivos.

Percebeu-se, inequivocamente, que apesar dessa evolução arquivística não ter começado nos dias de hoje, já ter sido observada a necessidade de preservar as informações há centenas de anos. Nos dias atuais, sentimos uma falta ainda maior de se guardar com qualidade os documentos nas instituições produtoras.

Dentro dessa nova visão, a Arquivologia está exigindo uma renovação constante nas suas práticas e conhecimentos arquivísticos, assim como o aperfeiçoamento de suas técnicas e instrumentos de representação para facilitar à recuperação da informação, está possibilitando que as instituições e seus usuários, como também a sociedade em modo geral, tenham acesso a

essas novas tecnologias e instrumentos de arquivos com a finalidade de facilitar a busca da informação arquivística.

O que se desejou, difusa e universalmente, é tornar mais eficiente e eficaz a sua recuperação, ocasionando uma melhora no todo, tanto no trabalho do profissional de arquivo, como auxiliando o usuário de forma mais específica, ou seja, atendendo as suas necessidades.

Portanto, o levantamento ou diagnóstico do trabalho efetivamente realizado confirmou a relevância do seu papel como sempre o primeiro passo para um processo de organização, sendo a junção das informações colhidas através de pesquisas e levantamentos realizados, cujos resultados irão fundamentar todo o processo de Gestão Documental.

Portanto, são necessários outros estudos, para igualmente verificar, sob critérios científicos e metodológicos adequados, a situação em que a massa documental acumulada (MDA) do arquivo da PRAC-UFPB se encontra e o que pode ser realizado para se otimizar os procedimentos desde o diagnóstico, seleção e avaliação dos documentos junto com a conservação, para que se haja uma melhor disseminação da informação no futuro, como também estudando alternativas que visem uma melhor eficácia nos procedimentos existentes proporcionando uma melhor relação entre os profissionais, a informação e os usuários.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. T. O. **Classificação arquivística**: improvisação e empirismo. UNESP, Rio Claro. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1960.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Recomendações para Construção de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 21pgs. (Publicações Técnicas). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendacoes_para_construo_de_arquivos.pdf:. Acesso: 14 out. 2017.

_____. **Classificação de documentos de arquivo para a administração pública**: Atividades-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública.

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 200pgs. (Publicações Técnicas).
Disponível em:
http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_d_e_classificacao.pdf. Acesso: 14 out. 2017.

BARROS, T. H. B. A Construção Discursiva em Arquivística. Uma Análise do Percurso Histórico e Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição. **Dissertação** de Mestrado em Ciência da Informação. Marília: Universidade Estadual Paulista. 2010.

BECK, I. **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**. Tratamento Documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. **Arquivística**- objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BERNARDES, I. P. **Aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo**. atividades-meio. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008.

BERWANGER, A. R; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 2 ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 1995.

CAMARGO, Ana Maria de A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo de Rio Claro**. Rio Claro (SP): n.1, 2014.

_____; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARDOSO, J. C; LUZ, A. R. Os arquivos e os sistemas da gestão da qualidade». Rio de Janeiro. **Arquivística.net**. 1 (1): 51–64, 2005

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. Colaboração: Cláudia Moi. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2000. 80 p. – (Projeto Como fazer, v. 5.).

_____. **Como fazer conservação preventiva em arquivo e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 páginas

COOK, Terry. Whatispastis prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Canadá: Association of Canadian Archivists, 43, Spring, 1997.

Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 20 páginas. ISBN 85-7009-077-3

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, abr. 1982.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. **American Archivist**. V. .57, Spring, 1994a.

_____. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49-64, 1994b.

DURANTI, L Registros Documentais como prova de ação». Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, 1994.

ENNES, E. G. **A narrativa na exposição museológica**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2003.

FARIA, Wadson Silva. A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira **Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2006.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

GONÇALVES, Janice: **Como classificar e ordenar documentos de arquivos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 1998. 38 p. (Projeto Como Fazer, 2)

ISAD(G): **norma geral internacional de descrição arquivística**: Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 10-22 set. 1999 / [Versão brasileira preparada por Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional]. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.

JARDIM, José Maria. Invenção da memória nos arquivos públicos. Brasília. **Ciência da Informação**, 1995.

_____. **Sistemas e Políticas Públicas de arquivos no Brasil** (PDF). Niterói: EDUFF, 1995.

_____. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil** (PDF). usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, v. 2, n.2, jul./dez, 1987.

_____; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 369-389.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of Archive Administration**. London: PercyLund, Humphries, 1965.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**. Teorias e práticas. Niterói: EDUFSCAR, 1996.

_____. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997

_____. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

MAKHLOUF, Basma. CAVALCANTE, Lídia Eugênia. AVALIAÇÃO ARQUIVISTICA: Bases teóricas, estratégias de Aplicação e instrumentação. Enciclopédia. Bibliográfica: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem. 2008.

MARCHIORI, Patricia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**. Brasília, v.31, n.2, p.72-79, maio/ago. 2002.

MARCONDES, Cláudio de Toledo. **Arquivologia dinâmica**. Florianópolis: Difusão Cultural. 2016.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or Documentation: Can We Appraise Archives by Select Content? **American Archivist**, v. .57, Summer 1994.

MIRANDA, Marcia Eckert. «Historiadores, Arquivistas e Arquivos» (PDF). São Paulo: ANPUH. **XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)** (26), 2011.

OLIVEIRA, Igor Pontes de. SANTANA, Raissa Andrade de. CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de Carvalho. GUALBERTO FILHO, Antônio Gualberto. **ORGANIZAÇÃO, TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO**: do acervo documental da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba – PRAC/UFPB. Relatório Final PROBEX. João Pessoa, 2016

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**. Teoria e Prática 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). 225 páginas. ISBN 9788522502202, 1997

Poder Judiciário do Brasil. **Apostila de processo de restauração documental e materiais utilizados**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho (TST), 2012. 41 páginas

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. Uma análise da teoria dos arquivos. 1995. **Dissertação** (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFMG, 1995.

_____. **A teoria dos arquivos e a gestão de documentos** Archival theory and records management Perspectivas em Ciência da Informação *On-line version* ISSN 1981-5344 Perspect. ciênc. inf. vol.11 no.1 Belo Horizonte.

RODRIGUES, Ana Célia. Manual de tipologia documental: um instrumento de gestão para arquivos municipais brasileiros. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2005. **Anais...** Brasília, 2005.

_____. Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG). 2002.
Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2016.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos**. uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1994.

SANTOS, V. B. **Gestão de Documentos Eletrônicos**. uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2005. 223 páginas

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1973/2004.

_____. The Appraisal of Modern Public Records. ***Bulletin of the National Archives***, n. 8, p.6-7. october 1956.

_____. **The Management of Archives**. New York: Columbia University Press, 1965.

_____. **The Appraisal of Modern Public Records**, Modern Archives Reader: Basic Readingson Archival Theory and Practice. National Archives and Records Service, p. 57–70, 1984.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística** Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.

SPENELLI JÚNIOR, J. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais** (PDF). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. 92 páginas

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). **Organização e Representação do Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. p.240-271.

TSCHAN, Reto. A comparison of Jenkinson and Schellenberg on appraisal. *The American Archivist*, v. 65, p. 176-195, Fall/Winter, 2002.